



9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Alfredo Cristiano Carvalho Homem

Rua Boa Vista, 314 - 2º andar - Centro

Tel.: (XX11) 3101-4501 - Email: novertd@9rtd.com.br - Site: www.cdtsp.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 1.408.510 de 10/10/2022

Certifico e dou fé que o documento eletrônico, contendo **49 (quarenta e nove) páginas** (arquivo anexo), foi apresentado em 10/10/2022, protocolado sob nº 1.413.526, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **1.408.510** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 no Livro de Registro B deste 9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, na presente data.

Natureza:

CONTRATO ELETRÔNICO

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

LUIZA HERKENHOFF MIS:12227750774(Padrão: ICP-Brasil)
LUIZ FERNANDO MARCHESI SERRANO:32537058895(Padrão: ICP-Brasil)
PEDRO PAULO OLIVEIRA DE MORAES:22204338893(Padrão: ICP-Brasil)
JOAO PEDRO CORREIA NEVES:31297614895(Padrão: ICP-Brasil)
LUIZ HENRIQUE RAMOS CAVALLEIRO:36808194807(Padrão: ICP-Brasil)
ULISSES FERNANDO DA SILVA SANTOS ANTONIO:41939598800(Padrão: ICP-Brasil)
DocuSign, Inc.: (Padrão: Privado(não ICP-Brasil))

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 10 de outubro de 2022

Assinado eletronicamente

Nilton Cesar De Jesus Souza

Escrevente Autorizado

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00201259072835239



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1137614TIFF000057550EF22G

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506.42	R\$ 143.95	R\$ 98.51	R\$ 26.65	R\$ 34.75	R\$ 24.31	R\$ 10.61	R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 845.20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

- (1) **RZK SOLAR 05 S.A.**, sociedade por ações sem registro de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre II, 2º andar, sala 50, Bairro Cidade Jardim, CEP 05.676-120, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 41.946.243/0001-02, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o NIRE 35300575750, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Alienante Fiduciante**” ou “**Emissora**”);
- (2) **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1123, 21º Andar, Conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04.533-004, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 08.769.451/0001-08, neste ato representada na forma do seu contrato social (“**Fiduciária**”);
- (3) **USINA CANOA SPE LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 2, 2º andar, sala 66, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.212.792/0001-05, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35235849013, neste ato representada na forma de seu contrato social (“**Usina Canoa**”);
- (4) **USINA CASTANHEIRA SPE LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 1º andar, Sala 14, Itaim Bibi, CEP 04.538-133, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.141.508/0001-04, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35235402981, neste ato representada na forma de seu contrato social (“**Usina Castanheira**”);
- (5) **USINA SALINAS SPE LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Altair, Estado de São Paulo, no Anel Viário que liga via de acesso Joaquim Elias Oliveira, S/N, CEP 15.430-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.886.085/0001-39, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35235197911, neste ato representada na forma de seu contrato social (“**Usina Salinas**”);
- (6) **USINA MANACÁ SPE LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 2, 2º andar, sala 74, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.802.585/0001-48, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35235772193, neste ato representada na forma de seu contrato social (“**Usina Manacá**”);
- (7) **USINA PINHEIRO SPE LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 1, 20º andar, sala 009, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.795.019/0001-56, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35235769320, neste ato representada na forma de seu contrato social (“**Usina Pinheiro**”);
- (8) **USINA PITANGUEIRA SPE LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 1, 20º andar, sala 34, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.924.931/0001-68, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35235198381, neste ato representada na forma de seu contrato social (“**Usina Pitangueira**”);
- (9) **USINA ATENA SPE LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 1, 20º andar, sala 12, Cidade

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

Jardim, CEP 05.676-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.167.718/0001-63, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35235405158, neste ato representada na forma de seu contrato social ("**Usina Atena**");

- (A) a Emissora, por meio do “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, da RZK Solar 05 S.A.*” datado de 03 de outubro de 2022, emitiu 108.100 (cento e oito e cem mil) debêntures simples para colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), totalizando, portanto, R\$ 108.100.000,00 (cento e oito milhões e cem mil reais) na Data de Emissão (“**Escritura**”, “**Emissão**” e “**Debêntures**”, respectivamente);
- (B) as Debêntures foram subscritas em sua totalidade pela Fiduciária e deram origem aos Créditos Imobiliários (conforme abaixo definido), representados pela Cédula de Crédito Imobiliário Integral, sem garantia real, em série única, sob a forma escritural, representativa dos Créditos Imobiliários (“**CCI**”), com valor de principal de até R\$ 108.100.000,00 (cento e oito milhões e cem mil reais), na Data da Emissão, correspondente à obrigação da Emissora de pagar à Fiduciária a totalidade: (i) dos créditos oriundos das Debêntures, no valor, forma de pagamento e demais condições previstos na Escritura; bem como (ii) de quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Emissora, ou titulados pela Fiduciária, por força da Escritura, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como Remuneração (conforme definido na Escritura), Encargos Moratórios (conforme definido na Escritura), multas, penalidades, indenizações, Seguros (conforme definido na Escritura), Despesas (conforme definido na Escritura), custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos na Escritura (“**Créditos Imobiliários**”), emitida pela Fiduciária por meio da celebração do “*Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário Integral, sem Garantia Real Imobiliária, sob a Forma Escritural e Outras Avenças*”, em 03 de outubro de 2022 (“**Escritura de Emissão de CCI**”);
- (C) após a emissão da CCI, por meio da Escritura de Emissão de CCI, os Créditos Imobiliários foram vinculados aos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 52ª Emissão da Fiduciária (“**CRI**”), os quais serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de dezembro de 2009, conforme

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506.42	R\$ 143.95	R\$ 98.51	R\$ 26.65	R\$ 34.75	R\$ 24.31	R\$ 10.61	R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 845.20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

alterada ("**Instrução CVM 476**" e "**Oferta Restrita**", respectivamente), conforme condições estabelecidas no "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, em série única, da 52ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Virgo Companhia de Securitização*" ("**Termo de Securitização**"), celebrado em 03 de outubro de 2022 entre a Fiduciária e a **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano 466, Bloco B, conjunto 1.401, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01 ("**Agente Fiduciário dos CRI**");

- (D) a Oferta Restrita será realizada pelo Coordenador Líder (conforme definido no Termo de Securitização), nos termos definidos no Termo de Securitização, em conformidade com a Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“**Resolução CVM 60**”) e a Instrução CVM 476;
- (E) nos termos da Escritura, em garantia: (i) do pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos pela Emissora nos termos da Escritura; (ii) da totalidade dos acessórios e do principal, incluindo a remuneração do Agente Fiduciário dos CRI e demais Despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive com honorários advocatícios contratados em padrões de mercado, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário dos CRI e/ou pela Fiduciária em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e da Escritura; e (iii) dos custos em geral e para registro, despesas judiciais para fins da excussão, tributos e encargos, taxas decorrentes e demais encargos dos Documentos da Operação (“**Obrigações Garantidas**”), deverão ser constituídas as seguintes garantias (“**Garantias**”): (a) fiança prestada pela RZK Energia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 28.133.664/0001-48 (“**RZK Energia**”), que vigorará da Data de Emissão até que sejam implementadas as Condições para Liberação da Fiança RZK Energia (conforme definido na Escritura de Emissão) e pelo Grupo Rezek Participações S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre II, 2º andar, Sala 19, Bairro Cidade Jardim, CEP 05.676-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.256.158/0001-22 (“**Grupo RZK**”), que entrará em vigor na Data de Emissão e vigorará exclusivamente até que ocorra a primeira integralização do aumento do capital social da RZK Energia a ser realizado pelo Fundo de Investimento em Participações a ser gerido pela Nova Milano Investimentos LTDA., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.263.316/0001-55, ambas em favor da Fiduciária, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, independentemente das outras garantias que possam vir a ser constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e principal pagadora responsável por 100% (cem por cento) das obrigações, principais e acessórias, da Emissora assumidas nos Documentos da Operação (conforme abaixo definidos) (“**Fiança**”); (b) a cessão fiduciária de recebíveis a ser constituída por meio do “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças*” a ser celebrado entre as Intervenientes Anuentes e a RZK Energia, na qualidade de fiduciantes, a Fiduciária, e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente (“**Cessão Fiduciária de Recebíveis**” e “**Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis**”); (c) alienação fiduciária pela RZK Energia, em favor da Fiduciária, de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora (“**Alienação Fiduciária de Ações**”), conforme os termos e condições previstos no “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*” (“**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**”); e (d) esta Alienação Fiduciária de Quotas;
- (F) assim, integram a Oferta Restrita os seguintes documentos: (i) a Escritura; (ii) a Escritura de Emissão de CCI; (iii) o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis; (iv) o Contrato de

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

Alienação Fiduciária de Ações; (v) o Termo de Securitização; (vi) o “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 52ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização*”, a ser celebrado entre a Emissora, o coordenador líder e a Securitizadora (“**Contrato de Distribuição**”); (vii) o boletim de subscrição das Debêntures; e (viii) este Contrato, bem como os respectivos aditamentos aos documentos acima mencionados e outros instrumentos que integrem ou venham a integrar a Emissão e/ou a Operação de Securitização e que venham a ser celebrados (sendo todos esses documentos doravante denominados, em conjunto, os “**Documentos da Operação**”);

- (G)** as Partes, ao celebrar o presente Contrato, declaram conhecer e aceitar, bem como ratificam, todos os termos e condições dos Documentos da Operação; e
- (H)** as Partes dispuseram de tempo e condições adequadas para a avaliação e discussão de todas as cláusulas deste Contrato, cuja celebração, execução e extinção são pautadas pelos princípios da igualdade, probidade, lealdade e boa-fé.

Resolvem as Partes celebrar o presente “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças*” (“**Contrato**”), mediante as cláusulas e condições estabelecidas abaixo.

1 DEFINIÇÕES

- 1.1** Exceto se expressamente indicado: (i) palavras e expressões em maiúsculas, não definidas neste Contrato, incluindo seu preâmbulo, terão o significado previsto na Escritura ou nos demais Documentos da Operação (sendo que, em caso de eventuais inconsistências, as definições da Escritura prevalecerão); (ii) o masculino incluirá o feminino e o singular incluirá o plural; (iii) todos os prazos aqui estipulados serão contados em dias corridos, exceto se qualificados expressamente como Dias Úteis.

2 ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE QUOTAS

- 2.1** Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, por este Contrato e na melhor forma de direito, a Alienante Fiduciante, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“**Lei nº 4.728**”), do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado (“**Decreto nº 911**”), e da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), aliena e transfere, em caráter irrevogável e irretratável, em favor da Fiduciária, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus, a propriedade fiduciária dos seguintes bens e direitos, conforme descritas no **Anexo I** ao presente Contrato (“**Alienação Fiduciária**”):
- (i) a totalidade das quotas de emissão das Intervenientes Anuentes, representativas, na presente data, de 100% (cem por cento) do capital social das Intervenientes Anuentes e que, a partir da data de assinatura deste Contrato, vierem a ser subscritas, recebidas, conferidas, adquiridas e/ou sob qualquer forma detidas pela Alienante Fiduciante, a qualquer título (“**Quotas**” e “**Participação Societária**”, respectivamente);
- (ii) a totalidade da Participação Societária, dos bens e dos direitos atribuídos à Alienante Fiduciante, em razão dos seguintes eventos, relacionados às Intervenientes Anuentes, desde que autorizados neste instrumento e/ou na Escritura: (a) cisão, fusão, incorporação e incorporação de quotas; (b) qualquer outra forma de reorganização societária; (c) qualquer combinação de negócios, conforme definida na Deliberação

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

averbação, observando os prazos concedidos pelo cartório de registro de títulos e documentos, para o motivo exclusivo de cumprimento de eventuais exigências formuladas pelo respectivo cartório de registro de títulos e documentos, se necessário;

- (ii) adicionalmente, apresentar, no Cartório Competente, todo e qualquer documento que se faça necessário para a formalização e efetivação da Alienação Fiduciária;
- (iii) em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de registro deste Contrato, ou de qualquer aditamento, conforme aplicável, no Cartório Competente, entregar, à Fiduciária, 1 (uma) via original deste Contrato, devidamente registrado ou averbado, conforme aplicável;
- (iv) celebrar eventuais aditamentos a este Contrato nos casos aqui previstos, observando os prazos estabelecidos nos itens (i) a (iii) acima, conforme aplicável, exceto se diversamente previsto neste Contrato;
- (v) em até 15 (quinze) Dias Úteis da data de assinatura deste Contrato ou da data de assinatura de qualquer eventual aditamento a este Contrato, apresentar à Fiduciária, a alteração do Contrato Social, de cada uma das Intervenientes Anuentes refletindo a constituição da alienação fiduciária sobre as Quotas, devendo a Alienante Fiduciante apresentar à Fiduciária, comprovação do arquivamento de tal alteração na JUCESP, em até 30 (trinta) Dias Úteis a contar da data de assinatura deste Contrato ou da data de assinatura de qualquer eventual aditamento a este Contrato. A alteração ao Contrato Social de cada Interveniente Anuente deverá constar a seguinte redação:

"Todas as quotas emitidas pela Sociedade, nesta data ou futuramente, que sejam de titularidade da **RZK SOLAR 05 S.A.**, sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre II, 2º andar, sala 50, Bairro Cidade Jardim, CEP 05.676-120, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.946.243/0001-02, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35300575750 (**"Quotista"**), bem como os direitos a elas relacionados, foram alienadas fiduciariamente em favor da Virgo Companhia de Securitização, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 08.769.451/0001-08 (**"Securitizadora"**), em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Contrato) assumidas pela Quotista por força do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Colocação Privada, da RZK Solar 05 S.A.", celebrado em 03 de outubro de 2022 (**"Escritura de Emissão de Debêntures"**) e do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 07 de outubro de 2022 (**"Contrato"**). Todas as referidas quotas e direitos a elas relacionados não poderão ser, de qualquer modo, vendidos, transferidos, cedidos, alienados, gravados ou onerados sem o prévio e expresso consentimento da Securitizadora, na forma estabelecida no referido Contrato, devendo, ainda, ser observadas as demais disposições do Contrato."

- 3.1.2** Sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato e nos demais Documentos da Operação, fica desde já a Fiduciária autorizada, de forma irrevogável e irreatável, caso a Alienante Fiduciante e/ou as Intervenientes Anuentes não realizem os registros e averbações, bem como quaisquer dos atos de aperfeiçoamento acima previstos, a contratar um terceiro, desde que os valores apresentados estejam dentro dos padrões de mercado, proceder tais atos, caso em que as despesas para a realização de tais atos serão arcadas pela Fiduciária, por conta e ordem da Alienante Fiduciante, exclusivamente, com recursos decorrentes do Fundo de Despesas.

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

3.2 Observado o disposto na Cláusula 3.2.1 abaixo e as demais disposições deste Contrato, a Alienante Fiduciante permanecerá na posse de sua respectiva Participação Societária, tendo, sem limitação, o poder de exercer os direitos políticos a elas atinentes e o direito de receber os Rendimentos, enquanto as Obrigações Garantidas estiverem sendo adimplidas pela Alienante Fiduciante, ficando estabelecido, entretanto, que todos e quaisquer Rendimentos atrelados à Participação Societária deverão ser creditados, única e exclusivamente, na conta a ser indicada pela Alienante Fiduciante.

3.2.1 Caso inexistir (i) valor devido e não pago no âmbito das Obrigações Garantidas; (ii) qualquer inadimplemento de obrigação financeira ou não financeira no âmbito da Escritura, deste Contrato e/ou dos demais Documentos da Operação; (iii) declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura, deste Contrato e/ou dos demais Documentos da Operação; e/ou (iv) o vencimento final sem quitação das Obrigações Garantidas, a Participação Societária continuará na posse direta da Alienante Fiduciante.

3.2.2 Mediante os registros referidos na Cláusula 3.1, acima, estará constituída a propriedade fiduciária da Participação Societária em nome da Fiduciária, efetivando-se, assim, o desdobramento da posse da Participação Societária objeto da presente garantia fiduciária.

3.2.3 A propriedade fiduciária ora instituída somente será resolvida após o integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, com o que retornará à Alienante Fiduciante a plena propriedade das Quotas. Não obstante a resolução automática da presente garantia, nos termos dessa Cláusula, a Fiduciária obriga-se a emitir o respectivo termo de liberação, nos termos previstos na Cláusula 10.2 abaixo.

3.3 Caberá exclusivamente à Alienante Fiduciante, até eventual declaração de vencimento antecipado das Debêntures e, consequentemente, do resgate antecipado dos CRI, o respectivo exercício do direito de voto decorrente da Participação Societária durante a vigência deste Contrato, desde que não violem os termos e condições previstos neste Contrato e/ou na Escritura, observado o seguinte:

(i) no exercício deste direito, a Alienante Fiduciante se obriga a: (a) cumprir com o contrato social das Intervenientes Anuentes; (b) não prejudicar os direitos e prerrogativas da Fiduciária, o pagamento e cumprimento integrais das Obrigações Garantidas e a Alienação Fiduciária aqui constituída; e (c) não aprovar e/ou realizar qualquer (1) ato em desacordo com o disposto neste Contrato, na Escritura e nos demais Documentos da Operação, e (2) alteração nos direitos conferidos à Participação Societária;

(ii) as seguintes matérias dependerão de aprovação prévia e por escrito da Fiduciária, em assembleia geral de debenturistas (conforme descrito na Escritura de Emissão de Debêntures) com base na deliberação tomada pelos Titulares de CRI reunidos em assembleia geral, nos termos da Escritura e do Termo de Securitização (cuja ausência e/ou falta de manifestação nos termos desta Cláusula 3.3 significará que a matéria não foi aprovada, devendo a aprovação relevante ser nula e sem efeito), convocada para esse fim:

(a) emissão ou aquisição de valores mobiliários;

(b) distribuição e/ou alteração da política de dividendos, excetuada a possibilidade de distribuição de dividendos à Emissora para pagamento dos valores decorrentes da presente Emissão, o que está desde já permitido;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

- (c) constituição e/ou contratação de empréstimos, salvo nos termos da cláusula 6.1.1., “(xiv)” da Escritura da Emissão;
- (d) redução do capital social das Intervenientes Anuentes;
- (e) resgate, amortização, conversão, desdobramento, grupamento ou compra de quotas das Intervenientes Anuentes;
- (f) criação de nova espécie ou classe de quotas, conforme aplicável;
- (g) alteração das preferências, vantagens e condições das quotas;
- (h) desdobramento ou grupamento de quotas;
- (i) emissão de bônus de subscrição ou com participação nos lucros ou de partes beneficiárias, bem como a outorga de opção de compra de quaisquer desses títulos, exceto conforme permitido na Escritura;
- (j) dissolução, liquidação ou extinção das Intervenientes Anuentes;
- (k) a prática de qualquer ato, ou a celebração de qualquer documento, para o fim de aprovar, requerer ou concordar com falência, liquidação, dissolução, ou recuperação judicial ou extrajudicial das Intervenientes Anuentes;
- (l) constituição, de qualquer gravame ou ônus sobre os direitos, bens e ativos da Emissora sujeitos ao presente Contrato, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, ou qualquer operação que envolva, direta e/ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, promessa, compromisso, alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e/ou direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma pessoa a outra, inclusive por meio de controladas e reorganização societária a terceiros que não a Securitizadora, exceto conforme permitido na Escritura e nos demais Documentos da Operação;
- (m) realização, pelas Intervenientes Anuentes ou autorização para qualquer ato ou fato cujos termos e efeitos sejam contrários a este Contrato, à Escritura ou aos demais Documentos da Operação;
- (n) quaisquer outras ações que expressamente requeiram o consentimento dos titulares dos CRI nos termos da Escritura, do Termo de Securitização e/ou dos demais Documentos da Operação.

3.3.2 Fica, desde já, certo e ajustado que a Fiduciária, somente poderá se manifestar, conforme instruído pelos titulares dos CRI, após a realização de uma assembleia geral de titulares dos CRI, ratificado pela assembleia geral de debenturistas, de acordo com os procedimentos descritos no Termo de Securitização e na Escritura. Caso tal assembleia não seja instalada ou, ainda que instalada, não haja quórum para deliberação da matéria em questão, a Fiduciária deverá permanecer silente quanto ao exercício do direito em tela, sendo certo que seu silêncio, nessa hipótese, não será interpretado como aceitação ou negligência, não podendo ser a ele imputado qualquer responsabilização decorrente da ausência de manifestação.

respectiva Participação Societária, qualquer valor pago a título de liquidação das Obrigações Garantidas com os valores decorrentes da alienação e transferência da respectiva Participação Societária.

5.3.8 Na hipótese de excussão da Participação Societária, a Alienante Fiduciante reconhece, portanto, que: (i) não terá qualquer pretensão ou ação, conforme o caso, contra os Titulares de CRI, a Fiduciária e/ou o adquirente da Participação Societária com relação aos direitos de crédito correspondentes às Obrigações Garantidas; (ii) tal condição não implica enriquecimento sem causa dos Titulares de CRI, da Fiduciária e/ou do adquirente da Participação Societária, haja vista que a Emissora é a devedora principal e beneficiária das Obrigações Garantidas; e (iii) o eventual valor residual de venda de respectiva Participação Societária será restituído à Alienante Fiduciante após o pagamento de todas Obrigações Garantidas.

5.4 Excussão das Garantias. Na excussão da Alienação Fiduciária, as seguintes regras serão aplicáveis:

- (i) a Fiduciária poderá optar entre excutir quaisquer da Participação Societária, total ou parcialmente, tantas vezes quantas forem necessárias, sem ordem de prioridade, até integral adimplemento das Obrigações Garantidas; e
- (ii) a excussão de qualquer Participação Societária não ensejará, em hipótese nenhuma, perda da opção de se excutir as demais garantias da Emissão.

5.5 Mandato. Como condição do negócio jurídico pactuado, nos termos do presente Contrato, fica a Fiduciária, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, consoante os artigos 683, 684 e 685, do Código Civil, autorizada, na qualidade de mandatária da Alienante Fiduciante, em caso de inadimplemento total ou parcial das Obrigações Garantidas, a preservar a eficácia deste Contrato, a excutir qualquer Participação Societária e a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários à excussão da respectiva Participação Societária, inclusive os atos previstos na Cláusula 5.6 abaixo, sendo-lhe conferida, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas assumidas pela Alienante Fiduciante, procuração, que deverá ser renovada anualmente pela Alienante Fiduciante em até no máximo 15 (quinze) Dias Úteis antes da data de seu vencimento e cujo modelo consta do Anexo III, em que lhe são outorgados todos os poderes assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes “ad judicium” e “ad negotia” previstos no Código Civil, incluindo os artigos 1.433 e 1.434, e as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

5.5.1 Observado o disposto na Cláusula 5.4 acima, a Fiduciária poderá: (i) praticar qualquer ato (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) e firmar qualquer instrumento compatível com os termos do Contrato de Alienação Fiduciária e em relação à Participação Societária; (ii) praticar todos os atos necessários para a preservação deste Contrato, bem como da situação das Garantias nele constituídas, como direito de garantia de primeiro grau válido, exequível e devidamente formalizado, incluindo, mas não se limitando, ao direito de voto relacionado às Quotas, necessários para que a Fiduciária assuma a administração e/ou o controle das Intervenientes Anuentes, exclusivamente no que diz respeito aos atos de administração e/ou de controle necessários para viabilizar a preservação e a excussão das garantias previstas neste Contrato; (iii) conduzir os procedimentos de excussão de Garantias, conforme previstos neste Contrato, podendo, inclusive, sem limitação, vender, alienar ou sob qualquer forma dispor da Participação Societária, independentemente de leilão, hasta pública, notificação judicial ou extrajudicial, em conformidade com o disposto no artigo

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

1.433 do Código Civil; (iv) receber o produto da execução das Garantias para pagamento das Obrigações Garantidas, bem como dar e receber quitação em nome da Alienante Fiduciante; (v) firmar todos e quaisquer outros instrumentos e praticar todos os atos (inclusive atos perante qualquer terceiro ou qualquer órgão público) necessários para excutir, constituir, conservar, formalizar ou validar as Garantias, bem como aditar o presente Contrato para tais fins, incluindo celebrar contratos exigidos para reconstituir a Alienação Fiduciária; (vi) cobrar, receber, vender ou permitir a venda, cessão, opção ou opções de compra ou de outra forma alienar, conforme o caso, a totalidade ou qualquer parte da Participação Societária, por meio de venda pública ou privada, observada a legislação aplicável, e independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, para transferência da titularidade da Participação Societária para terceiros; (vii) assinar todos e quaisquer instrumentos e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental, incluindo, sem limitação, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), a CVM e qualquer bolsa de valores ou câmara de liquidação na hipótese de um leilão, que sejam necessários para efetuar a venda pública ou privada da Participação Societária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, inclusive requerer a respectiva autorização ou aprovação; (viii) representar o Alienante Fiduciante e as Intervenientes Anuentes na República Federativa do Brasil, em juízo ou fora dele, perante terceiros e todas e quaisquer agências ou autoridades federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, juntas comerciais, conforme o caso, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, instituições financeiras, a ANEEL, para os propósitos dos poderes aqui outorgados; e (ix) praticar, enfim, todos os atos, bem como firmar quaisquer documentos, necessários, úteis ou convenientes ao cabal desempenho do presente mandato que poderá ser substabelecido para escritórios de advocacia de primeira linha, no todo ou em parte, com ou sem reserva, pela Fiduciária, bem como revogar o substabelecimento.

5.6 Direito de Assunção Temporária. Não obstante a constituição do Mandato à Fiduciária, conforme previsto na Cláusula 5.5 cima, mediante a ocorrência de Evento de Inadimplemento e a excussão da presente garantia, ficará consolidada a propriedade das quotas em nome da Fiduciária, reconhecendo, a Alienante Fiduciante, que nesta hipótese a Fiduciária passará a deter, de forma irrevogável, irretroatável, gratuita, exclusiva e absoluta, todos os direitos decorrentes da totalidade das Quotas e direitos delas decorrentes, incluindo, sem limitar, o direito de voto relacionado a tais bens, necessários para que a Fiduciária assuma a administração e/ou o controle das Intervenientes Anuentes, exclusivamente no que diz respeito aos atos de administração e/ou de controle necessários para viabilizar a preservação e a excussão das garantias previstas neste Contrato, de forma temporária, nos termos estabelecidos abaixo (“**Direito de Assunção Temporária**”).

5.6.1 A eficácia do Direito de Assunção Temporária está condicionada às seguintes condições (conjuntamente, “**Condição para a Assunção Temporária**”): **(a)** a ocorrência de Evento de Inadimplemento e excussão da presente garantia de alienação sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas; e **(b)** envio de notificação a ser entregue pela Fiduciária à Alienante Fiduciante e às Intervenientes Anuentes de notificação relativa ao Direito de Assunção Temporária (“**Notificação de Assunção Temporária**”, sendo a data de entrega de tal Notificação a “**Data de Eficácia**”).

5.6.2 O Direito de Assunção Temporária está limitado temporalmente até o momento em que for devidamente notificado, pela Fiduciária à Alienante Fiduciante e às Intervenientes Anuentes, que (i) os Titulares dos CRI não desejem mais exercer o Direito de Assunção Temporária; (ii) tenha ocorrido a excussão da garantia sobre as Quotas, nos termos

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506.42	R\$ 143.95	R\$ 98.51	R\$ 26.65	R\$ 34.75	R\$ 24.31	R\$ 10.61	R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 845.20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

deste Contrato; ou (iii) tenha ocorrido a liquidação integral das Obrigações Garantidas, o que ocorrer primeiro.

- 5.6.3** Para o fim de permitir à Fiduciária cumprir adequadamente com suas obrigações, de acordo com as disposições contidas neste Contrato, as Intervenientes Anuentes fornecerão à Fiduciária, em um prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da Data de Eficácia, quaisquer documentos necessários ao exercício do Direito de Assunção Temporária, inclusive sem limitação, aprovações societárias, correspondências, arquivos magnéticos, atas de reuniões e outros documentos técnicos, comerciais e financeiros que se encontrem, eventualmente, na posse das Intervenientes Anuentes, e toda e qualquer informação e/ou documento que venha a ser solicitado pela Fiduciária.
- 5.6.4** Além de firmar qualquer outro documento e satisfazer qualquer outra formalidade que venham a ser necessários para os fins previstos nesta Cláusula 5.6 e de modo a permitir o exercício do Direito de Assunção Temporária, a Alienante Fiduciante e as Intervenientes Anuentes nomeiam, nos termos da Cláusula 5.5 acima e do Anexo III a Fiduciária como seu procurador.
- 5.6.5** Sem prejuízo de quaisquer outras obrigações da Alienante Fiduciante e das Intervenientes Anuentes, previstas no presente Contrato, fica certo e ajustado que a Fiduciária fica, pelo presente, expressamente autorizada a notificar todas e quaisquer autoridades ou terceiros, se necessário, para dar ciência acerca da eficácia do Direito de Assunção Temporária, nos termos deste Contrato e da lei aplicável.
- 5.6.6** Sem prejuízo do acima exposto, a Fiduciária não terá qualquer obrigação de tomar qualquer medida necessária para preservação de quaisquer direitos relativos às Quotas ou ao Direito de Assunção Temporária contra quaisquer terceiros ou qualquer outra medida, de qualquer natureza, com relação ao Direito de Assunção Temporária.
- 5.6.7** A Fiduciária não será considerada responsável por qualquer prejuízo ou dano resultante de qualquer ação ou omissão que venham a ser por eles, diretamente ou por intermédio de terceiros por eles indicado, praticados de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato.
- 5.7** Caráter Cumulativo. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, da Alienação Fiduciária com as demais Garantias, podendo a Fiduciária, a seu exclusivo critério, nos termos do Termo de Securitização e da Escritura, executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de amortizar ou liquidar as Obrigações Garantidas. Observados os procedimentos previstos na Escritura e neste Contrato, a excussão da Alienação Fiduciária independerá de qualquer providência preliminar por parte da Fiduciária, tais como: (i) aviso; (ii) protesto; (iii) notificação; (iv) interpelação; ou (v) prestação de contas, de qualquer natureza.
- 5.8** Destinação dos Recursos da Excussão. Os recursos apurados após a Excussão deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, na quitação do saldo devedor das Obrigações Garantidas, parcial ou totalmente, observados os procedimentos descritos na Escritura, nesta ordem: (i) despesas relacionadas à Emissão e/ou Excussão; (ii) valor nominal das Debêntures ou seu saldo, conforme aplicável; (iii) remuneração da Fiduciária e demais prestadores de serviços; e (iv) qualquer outro montante devido pela Emissora relacionado aos Documentos da Operação.

6 OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

6.1 Obrigações Adicionais da Alienante Fiduciante e das Intervenientes Anuentes. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, nos Documentos da Operação e/ou na legislação em vigor, a Alienante Fiduciante e as Intervenientes Anuentes, em caráter solidário, obrigam-se, conforme aplicável, até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas (“Obrigações Adicionais”), a:

- (i) cumprir com o disposto nos Documentos da Operação e/ou na legislação aplicável;
- (ii) manter este Contrato e as demais Garantias existentes, válidas, eficazes e em pleno vigor, sem qualquer Ônus, restrição ou condição, de acordo com os termos deste Contrato e/ou dos demais Documentos da Operação, conforme aplicável;
- (iii) não praticar qualquer ato que afete a validade e/ou eficácia dos Documentos da Operação;
- (iv) reembolsar a Fiduciária, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento de comunicação escrita neste sentido, por todos os custos e despesas comprovadamente incorridos em averbações e registros previstos em lei ou no presente Contrato;
- (v) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar as Garantias, bem como informar imediatamente a Fiduciária, sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso, por meio de relatórios descrevendo o ato, ação, procedimento e processo em questão e as medidas tomadas;
- (vi) abster-se de praticar qualquer ato que, de qualquer forma, possa resultar ou resulte em um Efeito Adverso Relevante (conforme definido na Escritura) à Alienação Fiduciária, ou seja, toda ação ou omissão por parte da Alienante Fiduciante, ou ainda, ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, que possa ensejar qualquer efeito adverso na capacidade das Intervenientes Anuentes e/ou da Alienante Fiduciante, conforme aplicável, de cumprir suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias previstas nos Documentos da Operação;
- (vii) não Alienar, nem constituir qualquer Ônus sobre a Participação Societária e/ou Rendimentos, com exceção daqueles já previstos neste Contrato ou na Escritura;
- (viii) praticar todos os atos e cooperar com a Fiduciária em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto na Cláusula 5 deste Contrato, relativa à excussão da Alienação Fiduciária; e
- (ix) cumprir integral e tempestivamente todas as suas obrigações decorrentes dos Documentos da Operação, sem dar causa a qualquer inadimplemento durante toda sua vigência.

6.1.1 Por “Alienação” (bem como o verbo correlato “Alienar”), mencionada no inciso (vii) da Cláusula 6.1 acima, entende-se qualquer operação que envolva, direta e/ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, promessa, compromisso, alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e/ou direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

propriedade, posse, uso ou fruição, por uma pessoa a outra, inclusive por meio de controladas e reorganização societária.

7 DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1 Declarações e Garantias. Em adição às declarações e garantias prestadas no âmbito dos demais Documentos da Operação, são razões determinantes deste Contrato, as declarações a seguir prestadas pela Alienante Fiduciante, em favor da Fiduciária, de que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar este Contrato e a cumprir com suas respectivas obrigações, tendo obtido todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, sem limitação, aprovações societárias, necessárias à concessão desta Alienação Fiduciária, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração deste Contrato, bem como o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringe qualquer obrigação anteriormente assumida pela Alienante Fiduciante;
- (iii) a Alienante Fiduciante é única e legítima beneficiária e titular da Participação Societária, que se encontra livre e desembaraçada de quaisquer Ônus, gravame, judicial ou extrajudicial (exceto pela Alienação Fiduciária), não existindo contra a Alienante Fiduciante qualquer ação ou procedimento, judicial, administrativo, arbitral, falimentar ou fiscal de seu conhecimento, ou, em seu melhor conhecimento, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, que tenha por objeto (ou que razoavelmente possa) (a) prejudicar ou invalidar a Alienação Fiduciária, (b) causar um Efeito Adverso Relevante, e/ou (c) comprometer o desempenho de suas atividades, nos termos do seu objeto social; não configurando nenhuma hipótese de fraude contra credores, fraude à execução, fraude fiscal ou fraude falimentar;
- (iv) a celebração deste Contrato é realizada de boa-fé, tendo a Alienante Fiduciante plena capacidade de assumir as obrigações a ela imputáveis aqui estabelecidas;
- (v) a Alienante Fiduciante é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob as leis brasileiras, em situação regular, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (vi) as pessoas que a representa na assinatura deste Contrato, bem como em quaisquer outros documentos vinculados a Emissão, têm poderes bastantes para tanto;
- (vii) os termos deste Contrato não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Alienante Fiduciante, ou quaisquer de seus bens e propriedades, conforme aplicável;
- (viii) este Contrato constitui obrigações legais, válidas, exigíveis e vinculantes da Alienante Fiduciante, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (ix) a celebração deste Contrato não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Alienante Fiduciante, ou ao qual seus respectivos bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Alienante Fiduciante, que não o objeto da Alienação Fiduciária, ou (c) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (x) inexistente a dependência de consentimento, aprovação, autorização ou qualquer outra medida, tampouco notificação, ou declaração ou registro junto a qualquer órgão ou

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506.42	R\$ 143.95	R\$ 98.51	R\$ 26.65	R\$ 34.75	R\$ 24.31	R\$ 10.61	R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 845.20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

agência governamental ou pública ou qualquer outro terceiro, para a autorização, a celebração e o cumprimento do presente Contrato pela Alienante Fiduciante ou à consumação das operações aqui previstas;

- (xi) as declarações e garantias prestadas neste Contrato são verdadeiras, corretas e precisas na data deste Contrato e nenhuma delas omite qualquer fato relacionado ao seu objeto, omissão essa que resultaria na falsidade de tal declaração ou garantia;
- (xii) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, socioambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas que não impliquem Efeito Adverso Relevante em seus negócios, atividades e/ou condição financeira; e
- (xiii) cumpre, em todos os seus aspectos, com a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, conforme aplicável, bem como não consta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

7.2 Notificação. A Alienante Fiduciante se compromete a notificar imediatamente a Fiduciária, caso quaisquer das declarações prestadas neste Contrato tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, conforme aplicável, em prazo não superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomou conhecimento de tal falsidade, incompletude e/ou imprecisão.

8 DESPESAS E TRIBUTOS

8.1 Despesas. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Alienante Fiduciante e/ou pela Fiduciária em razão deste Contrato — inclusive registro em cartório, honorários advocatícios contratados em padrões de mercado para fins de aditamento ao presente Contrato em caso de eventual necessidade de complemento de garantias, custas e despesas judiciais para fins da excussão, tributos e encargos e taxas — será de inteira responsabilidade da Alienante Fiduciante, não cabendo à Fiduciária, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

8.2 Reembolsos. Caso a Fiduciária arque com qualquer custo ou despesa relacionado ao objeto deste Contrato, ou às Obrigações Garantidas, a Alienante Fiduciante deverá reembolsá-los, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento dos respectivos comprovantes, aplicando-se os encargos moratórios previstos na Escritura e nos demais Documentos da Operação, na hipótese de atraso.

8.3 Tributos. Os tributos incidentes sobre a Alienação Fiduciária ora constituída, sobre os valores e pagamentos dela decorrentes, sobre movimentações financeiras a ela relativos e sobre as obrigações decorrentes deste Contrato, bem como sobre obrigações decorrentes da Escritura, quando devidos, deverão ser pagos pelo respectivo contribuinte, de acordo com a legislação aplicável em vigor.

9 OBRIGAÇÕES DA FIDUCIÁRIA

9.1 A Fiduciária obriga-se, durante todo o Prazo de Vigência, sob pena de responder pelas consequências de seu descumprimento, a:

- (i) zelar pelo fiel desempenho das obrigações previstas neste Contrato, exercer todos os atos necessários à conservação e defesa da Participação Societária e observar, na execução de suas obrigações, as instruções dos titulares dos CRI, reunidos em

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

assembleia, conforme ratificado pela assembleia geral de debenturistas, e as disposições deste Contrato;

- (ii) firmar qualquer documento e praticar qualquer ato relativo à garantia constituída nos termos deste Contrato, na medida em que o referido ato ou documento seja necessário para constituir, conservar, formalizar ou validar a presente garantia;
- (iii) cumprir expressamente as instruções dos titulares dos CRI reunidos em assembleia, com o objetivo de proteger seus direitos sobre a Participação Societária, bem como obedecer a todas as demais disposições deste Contrato que tenham correlação com as atividades inerentes à proteção dos interesses dos titulares dos CRI em decorrência deste Contrato;
- (iv) informar os titulares dos CRI acerca de qualquer notificação recebida da Alienante Fiduciante e/ou das Intervenientes Anuentes que gere impacto na garantia ora prestada; e
- (v) receber e utilizar os recursos decorrentes da excussão da Participação Societária, aplicando-os na quitação das Obrigações Garantidas, nos termos da legislação aplicável e deste Contrato, podendo para tanto assinar documentos, reconhecendo expressamente a Alienante Fiduciante e as Intervenientes Anuentes a autenticidade e a legalidade de tais atos, e considerando-os bons, firmes e válidos para todos os efeitos, independentemente de autorização, aviso prévio ou notificação de qualquer natureza e, se e quando as Obrigações Garantidas forem cumpridas, assinar termo de liberação da garantia, encaminhando-o à Alienante Fiduciante.

9.2 A Alienante Fiduciante reconhece que a Fiduciária poderá ser substituída, a qualquer tempo, nos termos previstos na Cláusula 11 do Termo de Securitização. A Alienante Fiduciante compromete-se a tomar todas as providências que forem necessárias para formalizar a referida substituição, inclusive a celebração de aditamento a este Contrato.

10 PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1 Prazo. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação integral da totalidade das Obrigações Garantidas.

10.2 **Liberação da Alienação Fiduciária.** Em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário atestar a integral e definitiva quitação das Obrigações Garantidas, com a respectiva baixa do Regime Fiduciário, a Fiduciária deverá enviar à respectiva Alienante Fiduciante um termo de liberação para: (i) atestar o término de pleno direito deste Contrato; e (ii) autorizar a respectiva Alienante Fiduciante a (a) liberar a Alienação Fiduciária, por meio de averbação nesse sentido no(s) cartório(s) de registro de títulos e documentos a que se refere o item (ii) da Cláusula 3.2 deste Contrato e (b) cancelar a averbação da existência da Alienação Fiduciária nos Contratos Sociais das Intervenientes Anuentes a que se refere o item (v) da Cláusula 3.2 deste Contrato.

11 COMUNICAÇÕES

11.1.1 Endereços. Todas as comunicações realizadas nos termos deste Contrato devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo ou por meio eletrônico, sendo que as comunicações feitas por meio eletrônico serão consideradas recebidas na data

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 1º andar – Conjunto 12 – Icon Faria Lima, Itaim Bibi
São Paulo, SP, CEP 04538-133

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 1.408.510 em 10/10/2022 e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste 9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506.42	R\$ 143.95	R\$ 98.51	R\$ 26.65	R\$ 34.75	R\$ 24.31	R\$ 10.61	R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 845.20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

At.: Luiz Fernando Marchesi Serrano
Tel.: (11) 3750-2910
E-mail: luiz.serrano@rzkenergia.com.br

USINA PITANGUEIRA SPE LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 1º andar – Conjunto 12 – Icon Faria Lima, Itaim Bibi
São Paulo, SP, CEP 04538-133

At.: Luiz Fernando Marchesi Serrano
Tel.: (11) 3750-2910
E-mail: luiz.serrano@rzkenergia.com.br

USINA ATENA SPE LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 1º andar – Conjunto 12 – Icon Faria Lima, Itaim Bibi
São Paulo, SP. CEP 04538-133

At.: Luiz Fernando Marchesi Serrano
Tel.: (11) 3750-2910
E-mail: luiz.serrano@rzkenergia.com.br

USINA CEDRO ROSA SPE LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 1º andar – Conjunto 12 – Icon Faria Lima, Itaim Bibi
São Paulo, SP, CEP 04538-133

At.: Luiz Fernando Marchesi Serrano
Tel.: (11) 3750-2910
E-mail: luiz.serrano@rzkenergia.com.br

USINA LITORAL SPE LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 1º andar – Conjunto 12 – Icon Faria Lima, Itaim Bibi
São Paulo, SP, CEP 04538-133

At.: Luiz Fernando Marchesi Serrano
Tel.: (11) 3750-2910
E-mail: luiz.serrano@rzkenergia.com.br

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1** Vinculação. Este Contrato deverá ser vinculante entre as partes nele mencionadas, permitindo a execução pelos seus respectivos sucessores e cessionários.
- 12.2** Cessão. As Partes obrigam-se a não prometer, ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e/ou obrigações decorrentes deste Contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização, por escrito, da outra Parte, no caso da Fiduciária, somente se assim deliberado pelos Titulares de CRI, reunidos em assembleia geral.
- 12.3** Securitização. As Partes declaram que este Contrato integra um conjunto de documentos que compõem a estrutura jurídica de uma securitização de créditos imobiliários viabilizada por meio da emissão dos CRI. Neste sentido, qualquer conflito em relação à interpretação das obrigações das Partes neste documento deverá ser solucionado levando em consideração uma análise sistemática de todos os documentos envolvendo a emissão dos CRI.
- 12.3.1** Por força da vinculação do presente Contrato aos Documentos da Operação, fica desde já estabelecido que a Fiduciária deverá manifestar-se conforme orientação deliberada pelos Titulares de CRI, após a realização de uma assembleia geral de Titulares de CRI, nos termos do Termo de Securitização.

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

- 12.4** Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes deste Contrato. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade de qualquer Parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação, alteração, transigência, remissão, modificação, redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
- 12.5** Lei aplicável. A constituição, a validade e interpretação deste Contrato, incluindo a presente cláusula, serão regidos de acordo com as leis substantivas do Brasil vigentes na data de assinatura deste instrumento. Fica expressamente proibida e renunciada pelas Partes a aplicação de equidade e/ou de quaisquer princípios e regras não previstas pelas leis substantivas acima mencionadas.
- 12.6** Invalidade ou ineficácia parcial. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão válidas e eficazes todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 12.7** Execução específica. As Partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, inciso III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**"). Para os fins deste Contrato, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos do artigo 815 e seguintes do Código de Processo Civil e outras disposições aplicáveis da lei, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura.
- 12.8** Irrevogabilidade e irretratabilidade. Este Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
- 12.9** Alterações. O presente Contrato apenas será modificado, aditado ou complementado com o consentimento expresso e por escrito das Partes, mediante aprovação prévia pelos Titulares de CRI, reunidos em assembleia geral, conforme ratificado pela assembleia geral de debenturistas, exceto nos casos expressamente admitidos neste Contrato, atuando por seus representantes legais ou procuradores devidamente autorizados, quando aplicável.
- 12.9.1** Em regime de exceção à regra da Cláusula 12.9 acima, este Contrato poderá ser alterado, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Titulares de CRI e/ou da debenturista, sempre que: **(i)** tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 e/ou demais reguladores; **(ii)** verificação de erro material, seja ele um erro grosseiro ou de digitação; **(iii)** em razão de alterações a quaisquer Documentos da Operação já expressamente permitidas nos termos do respectivo Documento da Operação; e/ou **(iv)** em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Titulares de CRI.
- 12.10** Compromisso adicional. As Partes se obrigam a: (i) assinar todos os documentos, inclusive instrumentos de retificação e ratificação ou aditamento, caso isto se faça necessário para atender exigência formulada por cartórios, como condição para efetivar o registro desse instrumento; e (ii) apresentar todos os documentos e informações exigidas, além de tomar prontamente todas as providências que se fizerem necessárias à viabilização de referidos registros. Todas e quaisquer despesas relacionadas com o disposto nesta cláusula serão arcadas única e exclusivamente pela Alienante Fiduciante.

13 ASSINATURA DIGITAL

13.1 Assinatura Digital. Caso o presente Contrato venha a ser celebrado de forma digital, as partes reconhecem que as declarações de vontade das partes contratantes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado (i) o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil ou (ii) outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo essa forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, bem como renunciam, em relação à assinatura digital, ao direito de impugnação de que trata o art. 225 do Código Civil. Na forma acima prevista, o presente Contrato, pode ser assinada digitalmente por meio eletrônico conforme disposto nesta cláusula.

14 FORO

14.1 Foro. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam este Contrato digitalmente, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 07 de outubro de 2022.

[AS ASSINATURAS SEGUEM NAS PÁGINAS SEGUINTEs]

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

(Página de assinaturas 10/12 do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças)

USINA CEDRO ROSA SPE LTDA.

DocuSigned by:
José Pedro Lemos Neto
Assinado por: JOAO PEDRO CORREIA NEVES: 31297614895
CPF: 31297614895
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 07/10/2022 | 11:30:54 BRT

Nome: _____
Cargo: _____

REC61CCC4DB4F97A7273B3MDF8E2DA

DocuSigned by:
Luiz Fernando Marchesi Serrano
Assinado por: LUIZ FERNANDO MARCHESI SERRANO:32537058895
CPF: 32537058895
Papel: Diretor
Data/hora de Assinatura: 07/10/2022 | 11:23:56 BRT

Nome: _____
Cargo: _____

76BC886F318E4F6EBDD60E3C3D99BCFE

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

(Página de assinaturas 11/12 do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças)

USINA LITORAL SPE LTDA.

DocuSigned by:
João Pedro Correia Neves
Assinado por: JOAO PEDRO CORREIA NEVES:31297614895
CPF: 31297614895
Cargo: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 07/10/2022 | 11:31:00 BRT

Nome: _____
Código: 01CC4DB4F97A7273B36DF8E2DA

Cargo: _____

DocuSigned by:
Luiz Fernando Marchesi Serrano
Assinado por: LUIZ FERNANDO MARCHESI SERRANO:32537058895
CPF: 32537058895
Título: Diretor
Data/hora da Assinatura: 07/10/2022 | 11:23:50 BRT

Nome: 76BC86F318E4F6EBD00E3CD99BCE
Cargo:

Protocolo nº 1.413.526 de 10/10/2022 às 15:06:39h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **1.408.510** em **10/10/2022** e averbado no registro nº 1.408.335 de 06/10/2022 neste **9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Nilton Cesar De Jesus Souza - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506.42	R\$ 143.95	R\$ 98.51	R\$ 26.65	R\$ 34.75	R\$ 24.31	R\$ 10.61	R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 845.20

DocuSign Envelope ID: 088F84CD-C71E-4ED0-825D-A456612C416F

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

RZK SOLAR 05 S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre II, 2º andar, sala 50, Bairro Cidade Jardim, CEP 05.676-120, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 41.946.243/0001-02, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o NIRE 35300575750, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Outorgante**”), nomeia e constitui, em caráter irrevogável e irretratável, consoante os artigos 683, 684 e 685, do Código Civil, sua bastante procuradora a **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 1123, 21º Andar, Conjunto 215, Itaim Bibi, CEP 04.533-004, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 08.769.451/0001-08 (“**Outorgada**”), ou seu substituto, conforme aplicável, na qualidade de administradora do patrimônio separado e emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 52ª Emissão da Outorgada (“**CRI**”), outorgando-lhe poderes específicos para, em caso de inadimplemento das Obrigações Garantidas e com o propósito especial e exclusivo de realizar todo e qualquer ato necessário a fim de, nos termos do *“Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças”*, datado de 07 de outubro de 2022 (o “**Contrato**”), preservar a eficácia do Contrato de Alienação Fiduciária e executar a garantia nele previstas, bem como firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários à excussão das demais Garantias constituídas no âmbito da emissão dos CRI, incluindo:

- (a) firmar quaisquer documentos e praticar qualquer ato em nome da Outorgante relativo à garantia instituída pelo Contrato, na medida em que seja o referido ato ou documento necessário para constituir, conservar, formalizar ou validar a garantia constituída nos termos do Contrato;
- (b) sujeito às leis aplicáveis, representar a Outorgante perante terceiros e todas e quaisquer agências ou órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais, em todas as suas respectivas divisões e departamentos, incluindo, entre outras, conforme aplicável, juntas comerciais, CVM, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, para fins de constituição, formalização e aperfeiçoamento da garantia caso a Outorgante não cumpra, tempestivamente, os prazos para constituição, formalização e aperfeiçoamento da garantia prevista no Contrato, inclusive sobre as Ações;
- (c) os mais amplos e ilimitados poderes para, após realização de avaliação nos termos do Contrato, judicial ou extrajudicialmente, inclusive através de Bolsas de Valores ou de mercado de balcão, organizado ou não, negociar, celebrar qualquer operação de venda definitiva, alienar, vender amigavelmente, fazer com que sejam vendidas, cobrar, receber, transferir e/ou excutir as Quotas (no todo ou em parte, conforme aplicável), e vendê-las ou cedê-las, conferir opção ou opções de compra sobre, ou por outra forma alienar as Ações, no todo ou em parte, nos termos do Contrato, de acordo com os termos do artigo 1.364 do Código Civil Brasileiro, e aplicar os valores assim recebidos no pagamento e satisfação de todas as Obrigações Garantidas vencidas e devidas;
- (d) assinar todos e quaisquer instrumentos, contratos, acordos e recibos, incluindo, dar e receber quitação e praticar todos os atos perante qualquer terceiro ou autoridade governamental e/ou perante quaisquer instituições financeiras, incluindo, sem limitação, o Banco Administrador, a CVM, a junta comercial competente e qualquer bolsa de valores ou câmara de liquidação na hipótese de um leilão, que sejam necessários para efetivar a excussão e/ou venda pública ou

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

DocuSigned by:
[Luiz Fernando Marchesi Serrano]

Assinado por: LUIZ FERNANDO MARCHESI SERRANO:32573058895
CPF: 32573058895
Papel: Diretor
Data/Hora da Assinatura: 07/10/2022 | 11:24:01 BRT

 Z6B/C8FE318E4F68DD60E3/C3D98CFE

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Luiz Fernando Marchesi Serrano luiz.serrano@rzkenergia.com.br Diretor de Novos Negócios WE TRUST IN SUSTAINABLE ENERGY – ENERGIA RENOVÁVEL E PARTICIPAÇÕES S.A Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC CNDL RFB v3 CPF do signatário: 32537058895 Cargo do Signatário: Diretor Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 20/07/2021 10:30:15 ID: d9bf8080-0f5e-4533-b72a-4a339df71dbb	DocuSigned by: <i>Luiz Fernando Marchesi Serrano</i> 76BCB86F318E4F6... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.183.123.105	Enviado: 07/10/2022 11:15:04 Visualizado: 07/10/2022 11:22:01 Assinado: 07/10/2022 11:24:05
Pedro Paulo Oliveira de Moraes pedro@virgo.inc Diretor de Distribuição Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 22204338893 Cargo do Signatário: Diretor Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 07/10/2022 11:58:17 ID: 79d7baa5-cba2-48b1-b721-9f625afe70e8	DocuSigned by: <i>Pedro Paulo Oliveira de Moraes</i> 31EC2C0EA1C841C... Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada Usando endereço IP: 177.32.136.138	Enviado: 07/10/2022 11:15:05 Visualizado: 07/10/2022 11:58:17 Assinado: 07/10/2022 11:59:15
Ulisses Fernando da Silva Santos Antonio ulisses.antonio@virgo.inc Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 41939598800 Cargo do Signatário: Testemunha Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 07/10/2022 11:24:20 ID: c048f4d3-c7d3-4e02-aff8-5d6b645166f4	DocuSigned by: <i>Ulisses Fernando da Silva Santos Antonio</i> 131E12701175497... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 186.204.63.1	Enviado: 07/10/2022 11:15:05 Visualizado: 07/10/2022 11:24:20 Assinado: 07/10/2022 11:24:48

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 506,42	R\$ 143,95	R\$ 98,51	R\$ 26,65	R\$ 34,75	R\$ 24,31	R\$ 10,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845,20

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify LEFOSSE ADVOGADOS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by LEFOSSE ADVOGADOS during the course of your relationship with LEFOSSE ADVOGADOS.